

O Globo, 11 de maio de 2020

Governo registrou 748 mil pedidos de seguro-desemprego em abril; aumento de 22,1% em comparação com 2019

No acumulado do ano, foram 2,3 milhões de solicitações do benefício

Por: Gabriel Shinohara

O Ministério da Economia divulgou nesta segunda-feira que recebeu 748 mil pedidos de seguro-desemprego em abril, um aumento de 22,1% em comparação com o mesmo mês de 2019, quando foram 613 mil pedidos. No acumulado do ano, já são 2,3 milhões de requerimentos, aumento de 1,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

O número de abril também representa um aumento de 39,4% em relação a março, quando houve 537 mil pedidos.

O governo estima que até 250 mil pedidos ainda possam ser feitos, já que o trabalhador tem até 120 dias para requerer o benefício e os pedidos não puderam ser feitos presencialmente nos meses de março e abril, por conta das medidas de isolamento social. No mês passado, o número de pedidos represados era de 200 mil.

Por conta desse número, a secretaria do Trabalho entende que muitos trabalhadores aguardam para fazer o pedido presencialmente. No entanto, em abril, os requerimentos pela internet representaram 87% do total. Em março, apenas 32,4% dos pedidos eram via internet. Já em abril do ano passado, o índice era ainda menor, de 1,7%.

"Os requerimentos podem feitos de forma 100% digital e não há espera para concessão de benefício. No entanto, os dados indicam que esses trabalhadores aguardam a abertura das unidades do Sine, que são de administração municipal e estadual e que estão sem atendimento presencial devido às medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da Covid-19", disse a nota da secretaria.

A questão do acesso ao pedido também teve influência do governo federal que, no dia 28 de abril, incluiu o processamento do benefício do seguro-desemprego na lista de atividades essenciais.

Nesse sentido, o Ministério relatou que os pedidos feitos pela internet chegaram a representar 90,2% do total nas duas primeiras semanas do mês. No entanto, a reabertura dessas unidades fez com que os atendimentos presenciais aumentassem.

"Em relação a março de 2020, verificou-se um aumento de 39,4% no número de requerimentos, o que pode indicar que a reabertura das unidades de atendimento e a retomada do atendimento presencial possibilitou que mais trabalhadores acessassem o benefício".

João Saboia, professor titular do Departamento de Economia da UFRJ, afirmou que a situação de crise começou a ficar mais clara no meio de março e o processo de demissão leva um pouco de tempo, o que pode explicar o número maior em abril.

- A primeira impressão é que está dentro do esperado tendo em vista a crise. E os números provavelmente devem aumentar mais ainda no mês de maio. Cada vez fica mais claro que o quadro de crise vai ser profundo e longo e o empregador está tomando a iniciativa de demitir os empregados - disse o professor.

O professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, José Márcio de Camargo, os números já eram esperados pela "recessão profunda" em todos os países do mundo.

- Está tendo uma forte queda no PIB e conseqüentemente um aumento no desemprego, uma parte desse aumento no desemprego vai ser compensado pelas políticas adotadas pelo governo em relação ao mercado de trabalho, como a possibilidade de redução de jornada e de salário, suspensão de contrato, essas coisas vão amenizar um pouco, mas você não consegue resolver tudo - disse

Para Camargo, a expectativa é que o número aumente nos próximos meses.

- Vai depender muito em quanto tempo vai ficar em isolamento social, quanto mais tempo ficar em isolamento social, maior vai ser a queda do PIB, maior vai ser o aumento do desemprego, isso é certo.

Perfil

Os homens são maioria entre os que pediram o benefício, 57,1%, e a faixa etária majoritária é a de 30 a 39 anos, que representou 33,1% dos pedidos. Quanto à escolaridade, 62,4% têm ensino médio completo.

O setor de serviços representou 41,6% das solicitações, seguido de comércio, 27,7%, indústria, 19,9% e agropecuária, 3,3%.

Salvar empregos

Nesta segunda-feira, o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, afirmou que 6,2 milhões de pessoas aderiram à medida provisória que permite a redução de salário e a suspensão do contrato de trabalho.

A MP foi editada em 1º de abril para evitar demissões durante a crise. Os trabalhadores que forem prejudicados com corte de salário e suspensão do contrato receberão um complemento do seguro desemprego durante a adoção dos dois mecanismos. A redução de jornada e salário tem vigência de até três meses e de suspensão do contrato, de até dois meses.

Link original: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-registrou-748-mil-pedidos-de-seguro-desemprego-em-abril-aumento-de-221-em-comparacao-com-2019-1-24421329>